TELETRABALHO (HOME OFFICE)

“Diante da pandemia de COVID-19 em curso, e com base na MP n. 927/2020, as partes, de comum acordo, decidem que o empregado irá laborar em sistema de *home-office*, pelo período de ...../... a ...../..... O empregado está obrigado a cumprir estritamente, suas obrigações, inclusive quanto a horário de trabalho, e a observar as questões de segurança e saúde do trabalho. As despesas comprovadamente incorridas exclusivamente para o exercício do teletrabalho serão reembolsadas pelo empregador mediante apresentação de nota fiscal pelo Empregado. Data e assinatura de ambos”;

ADIANTAMENTO DE FÉRIAS

“Diante da pandemia de COVID-19 em curso, e com base na MP n. 927/2020, as partes, de comum acordo, decidem adiantar as férias do EMPREGADO relativas ao período aquisitivo 2019/2020 (p.ex.), sendo que serão usufruídas no período entre ...../..... a ..../...../...... O pagamento das férias se dará na forma da lei. Data e assinatura de ambos.”;

APROVEITAMENTO OU ANTECIPAÇÃO DE FERIADOS

“Diante da pandemia de COVID-19 em curso, e com base na MP n. 927/2020, as partes, de comum acordo, decidem adiantar a fruição perlo EMPREGADO dos seguintes FERIADOS futuros : ..../....; ..../....; ...../.....; ...../..... , ......./...... Esses feriados serão usufruídas no período entre ...../..... a ..../...../...... O pagamento do salário correspondente se dará na forma da lei. Data e assinatura de ambos.”

INTERRUPÇÃO DAS ATIVIDADES E CONSTITUIÇÃO DE BANCO DE HORAS

“Diante da pandemia de COVID-19 em curso, e com base na MP n. 927/2020, as partes, de comum acordo, decidem interromper as atividades do EMPREGADO por ..... dias, a partir de ..../.../.... e até ..../..../...., e constituir um regime especial de compensação de jornada, por meio de banco de horas. O EMPREGADO compensará o período de interrupção dentro de um prazo de até 18 (dezoito) meses, contado da data de encerramento do estado de calamidade pública. A compensação será realizada por meio de prorrogação de jornada em até duas horas, que não poderá exceder dez horas diárias, de acordo com controle de ponto efetuado na época própria. Data e assinatura de ambos.

LICENÇA REMUNERADA

“Diante da pandemia de COVID-19 em curso, as partes, de comum acordo, decidem que o EMPREGADO usufruirá de licença remunerada pelo período entre ...../..... a ..../...../......., sendo que esse período será deduzido das próprias férias (ou será lançado no banco de horas como compensação, ou será objeto de compensação por meio de horas extraordinárias de trabalho, na forma do § 3º do art. 63 da CLT). Data e assinatura de ambos”;

REDUÇÃO DE JORNADA E SALARIOS

“Diante da pandemia de COVID-19 em curso, as partes, de comum acordo, decidem que o EMPREGADO, pelo período entre ...../..... a ..../...../......., laborará em jornada diária de apenas ..... horas, recebendo os salários correspondentes, resguardado o direito ao repouso semanal remunerado integral. Data e assinatura de ambos”; ou “Diante da pandemia de COVID-19 em curso, as partes, de comum acordo, decidem que o EMPREGADO, pelo período entre ...../..... a ..../...../......., laborará em sistema de revezamento, as SEGUNDAS, QUARTAS E SEXTAS, na jornada contratual, recebendo os salários correspondentes, resguardado o direito ao repouso semanal remunerado integral. Data e assinatura de ambos”;